

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.611 - SP (2018/0285440-9)

AGRAVANTE : LARA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA
ADVOGADO : RODRIGO BRANDÃO LEX - SP163665
AGRAVADO : CETESB COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela sociedade empresarial LARA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA contra decisão que negou seguimento a seu recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 227):

ACÃO ANULATÓRIA. Imposição de multa por estar operando o aterro de forma inadequada ocasionando inconvenientes ao bem estar público. Decisão que indefere liminar que visava à suspensão da exigibilidade do crédito. Ausência de prova inequívoca. Decisão mantida. Recurso conhecido e não provido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 247-250).

Em suas razões recursais especiais, LARA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA aponta violação, pelo aresto vergastado, do art. 535, II, do CPC de 1973, porquanto, em síntese, quedou-se silente o Tribunal *a quo* da análise questões importantes à solução da lide, especificamente em relação ao conteúdo dos arts. 1.431, 1.461 e 1.464, todos do Código Civil, bem assim do art. 827, também do CPC/73, relacionados à possibilidade de aceitação de veículo automotor como garantia idônea para suspensão da exigibilidade de crédito.

Aduz, ainda, violação dos citados arts. 1.431, 1.461 e 1.464 do CC, e do art. 827 do CPC/73, visto que, em suma, o Tribunal *a quo* ignorou o fato de os citados dispositivos autorizarem a suspensão da exigibilidade de crédito mediante o oferecimento de caução idônea, no caso veículo, possibilitando, também, a suspensão da inclusão do devedor no CADIN.

Não foram apresentadas contrarrazões e o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso (fls. 283-284), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

A respeito da apontada violação do art. 535, II, do CPC/73, verifica-se não assistir razão à recorrente, uma vez que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes, quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/73, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1616801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda

a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1592075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

No que trata da alegação de violação dos arts. 1.431, 1.461 e 1.464 do CC, e do art. 827 do CPC/73, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 228-229):

[...]

O art. 273 do CPC permite ao juiz, a requerimento da parte, antecipar os efeitos da tutela final no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, convença-se da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Acrescenta o parágrafo 2º daquele dispositivo que não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

No caso em tela, não há prova inequívoca apta a conferir verossimilhança à alegação posta na peça vestibular.

Considerando a presunção de legitimidade dos atos administrativos, não se vislumbra de início nenhum elemento apto a ensejar a antecipação pretendida, valendo salientar que, para a apreciação do mérito da demanda, será necessária dilação probatória, e só por esse aspecto já se verifica a inviabilidade do pedido antecipatório.

[...]

Resta claro que, antes de estabelecido o contraditório, não há elementos suficientes para a concessão da medida precária. O ponto central da tese defendida é a irregularidade da autuação, e as declarações apresentadas pela agravante não se mostram suficientes para afastar de plano a presunção relativa de legitimidade do ato, sem sequer ter ciência da resposta da Municipalidade. A questão é fática, e demanda dilação probatória para melhor compreensão, como bem salientado na decisão guerreada.

[...]

Do exame do acórdão recorrido, especificamente dos excertos acima reproduzidos, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o principal fundamento apresentado naquele julgado, acerca da

insuficiência de elementos para a suspensão da exigibilidade da multa, porquanto não foi oportunizado à municipalidade o contraditório, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator